



PARECER TÉCNICO

Solicitante: Comissão Permanente de Licitação- CPL

Finalidade: Solicitação de análise e parecer técnico quanto ao processo Licitatório nº 9/2017-00004, Modalidade Pregão, referente à Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes para atender as Necessidades da Prefeitura Municipal, Secretarias e Fundos Municipais de Mãe do Rio Pará.

DOS FATOS:

Ocorre que chegou a esta assessoria técnica, para manifestação, solicitando análise e parecer desta controladoria municipal sobre a Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, Secretarias e Fundos Municipais de Mãe do Rio Para.

DA LEGISLAÇÃO:

- Lei nº 8.666/93;
- Constituição Federal;

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar, lembrando ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser encaminhado por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório nos autos encaminhados pelo Departamento de Licitação.

Compulsando os autos, da análise do referido Processo Licitatório, identificou-se:

- Consta Solicitação de despesas, nº. 20170313001, nº. 20170313002, nº. 20170313003, nº. 20170313004, nº. 20170313005, nº. 20170313006, nº. 20170313007, nº. 20170313008, nº. 20170313009, nº. 20170313010, no dia 13 de Março de 2017.
- Em Certidão de Dotação Orçamentária, fornecida pelo Departamento de Contabilidade, constatou-se que existe previsão orçamentária para que o serviço fosse autorizado;
- Consta autorização, no dia 13 de março de 2017, do gestor municipal para abertura do processo;
- Consta parecer jurídico, orientado para aprovação da minuta do edital, e da minuta do contrato do processo licitatório;
- Foi publicado no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação no Estado, o aviso de licitação no dia 30 de março de 2017, em atendimento ao princípio da publicidade, conforme comprovantes em anexos;
- As empresas: AUTO POSTO TROPICAL LTDA, CNPJ: 11.762.073/0001-37; apresentaram todas as documentações e condições exigidas no edital sendo consideradas vencedoras do certame.
- As empresas apresentaram declaração de próprio punho se responsabilizando em entregar o produto no valor citado acima e caso descumpra as regras do edital, será penalizada de acordo com a lei 8.666/93.
- Consta nos autos do processo o Contrato nº. 20170093, no valor de R\$ 2.686.151,00.
- Consta nos autos do processo o Contrato nº. 20170095, no valor de R\$ 541.045,00.
- Consta nos autos do processo o Contrato nº. 20170096, no valor de R\$ 193.159,00.
- Consta nos autos do processo o Contrato nº. 20170097, no valor de R\$ 770.924,00.
- O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas e contendo carimbo do órgão.

MANIFESTA-SE, portanto:

De acordo com o exposto, esta Controladoria **RECOMENDA** o prosseguimento do processo, conforme a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

É o Parecer, s.m.j.

Mãe do Rio, 06 de Abril de 2017.


João Junior Borges de Oliveira
CPF 840 617 582-68
Diretor do Controle Interno
Portaria 074/2017 - PMMR

João Junior Borges de Oliveira
Controlador Geral do Município